



REQUERIMENTO N.º , DE 2026

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca das medidas adotadas pelo governo federal diante da possível classificação de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas estrangeiras, bem como sobre a adequação da política nacional de enfrentamento ao crime organizado.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca das medidas adotadas pelo governo federal diante da possível classificação de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas estrangeiras, bem como sobre a adequação da política nacional de enfrentamento ao crime organizado.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Se o Ministério teve ciência formal, por qualquer meio, de comunicações realizadas por autoridades dos Estados Unidos da América acerca da intenção de classificar organizações criminosas brasileiras, notadamente o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital,*





como organizações terroristas estrangeiras, indicando-se datas, canais utilizados e providências adotadas a partir dessas informações.

- Requer-se esclarecer quais medidas efetivas vêm sendo adotadas pelo Ministério para enfrentar a crescente internacionalização dessas organizações criminosas, especialmente no que se refere à sua atuação em redes transnacionais de tráfico, lavagem de dinheiro e cooptação de estruturas logísticas e financeiras.*
- Solicita-se informar se há, no âmbito do Ministério, avaliação formal acerca da possibilidade de enquadramento de condutas praticadas por tais facções nas hipóteses previstas na Lei nº 13.260/2016, especialmente em situações que envolvam ataques coordenados, intimidação coletiva, controle territorial armado e grave perturbação da ordem pública.*
- Requer-se detalhar se foram produzidos estudos técnicos ou pareceres jurídicos acerca da adequação do atual arcabouço normativo brasileiro para o enfrentamento de organizações criminosas com elevado grau de organização, capilaridade e impacto social, indicando-se, em caso positivo, suas conclusões.*
- Solicita-se esclarecer se o Ministério considera que a atual política de enfrentamento ao crime organizado tem sido suficiente para conter a expansão dessas facções, especialmente diante de sua crescente sofisticação e inserção internacional, ou se reconhece a necessidade de revisão estratégica e normativa.*
- Requer-se informar quais medidas estão sendo adotadas para evitar que o Brasil se torne um ambiente permissivo ou vulnerável à atuação de organizações criminosas com impacto transnacional, especialmente no contexto de eventuais sanções ou restrições impostas por outros países.*





- *Solicita-se, por fim, esclarecer se há coordenação com outros órgãos do governo federal, inclusive na área econômica e diplomática, para mitigar riscos decorrentes de decisões unilaterais de países estrangeiros que possam impactar o sistema financeiro, a segurança pública e a soberania nacional.*

JUSTIFICATIVA

Recentes informações¹ divulgadas indicam que autoridades do governo dos Estados Unidos da América comunicaram, em interlocução com autoridades brasileiras, a intenção de classificar organizações criminosas atuantes no Brasil como entidades terroristas estrangeiras, com destaque para o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital.

Tal movimento representa uma inflexão significativa na forma de enfrentamento ao crime organizado em nível internacional, na medida em que desloca essas organizações do campo da criminalidade comum para o âmbito da segurança nacional, ativando mecanismos rigorosos de controle financeiro, inclusive com efeitos extraterritoriais.

A eventual classificação dessas facções como organizações terroristas estrangeiras permite o congelamento imediato de ativos sob jurisdição norte-americana e a proibição de qualquer forma de suporte material por indivíduos ou entidades submetidas àquele ordenamento, o que, na prática, cria severas restrições à utilização do sistema financeiro global por tais organizações.

O fato de o Brasil ter sido previamente comunicado acerca dessa possibilidade, diferentemente de outros países, revela

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/eua-manda-aviso-ao-brasil-sobre-ofensiva-que-fara-contra-cv-e-pcc>





não apenas a relevância do tema, mas também a necessidade de atuação coordenada e transparente por parte do governo brasileiro.

Entretanto, até o momento, não há clareza quanto às providências efetivamente adotadas pelas autoridades nacionais, tampouco quanto à avaliação dos impactos que tal medida poderá produzir sobre o sistema financeiro, a economia e a própria soberania do país.

A resistência manifestada por setores do governo federal, sob o argumento de possíveis riscos de ingerência externa, não pode servir de justificativa para a ausência de planejamento estratégico diante de um cenário internacional em rápida transformação.

Diante disso, torna-se imprescindível que o Congresso Nacional exerça seu papel constitucional de fiscalização, buscando esclarecer se o Poder Executivo está devidamente preparado para lidar com os desdobramentos dessa possível decisão e se dispõe de instrumentos jurídicos e institucionais adequados para proteger os interesses nacionais.

A presente iniciativa visa, portanto, assegurar transparência, responsabilidade e preparo institucional, elementos indispensáveis para o enfrentamento de ameaças que já não se limitam às fronteiras nacionais, mas se inserem em uma dinâmica global de segurança e finanças.

Sala da Sessão, em de de 2026.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

